

# Envelhecer onde é bom viver: a região do Algarve no contexto do envelhecimento demográfico

Ana Rita Teixeira

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve  
arteixeira@ualg.pt

Patrícia Coelho

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve  
pmcoelho@ualg.pt

## Resumo

De acordo com os últimos momentos censitários e não se tratando de um fenómeno inédito, mantém-se a tendência de envelhecimento demográfico em Portugal, verificando-se uma redução da população jovem e em idade ativa e um aumento da população com 65 ou mais anos. Em 2020, Portugal ocupava a 4.<sup>a</sup> posição europeia (UE-27) com maior percentagem de idosos, apenas ultrapassado pela Grécia, Finlândia e Itália. A nível nacional, o Algarve é a quarta região do país com o maior índice de envelhecimento, tendo este passado de 131,0 em 2011 para 176,7 em 2021. Ao debruçar-nos sobre a realidade algarvia, continuam a verificar-se as assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior/serra, sendo que é nos concelhos do litoral onde se concentra a maior parte da estrutura empregadora da região, com o abandono progressivo do interior. Tendo em conta que em Portugal a população idosa representa um grupo muito heterogéneo e que tende a viver em contextos socioterritoriais muito distintos, o presente artigo pretende abordar a evolução recente do envelhecimento no Algarve, analisando as assimetrias intrarregionais e as mudanças registadas nos últimos anos, bem como refletir sobre as implicações sociais e políticas dessas mesmas mudanças.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento Demográfico; Perfis Territoriais; Políticas Sociais; Algarve.

## Abstract

According to the last census moments and not being an unprecedented phenomenon, the trend of demographic aging in Portugal continues, with a reduction in the young and working-age population and an increase in the population aged 65 years or older. In 2020, Portugal ranked 4<sup>th</sup> in Europe (EU-27) with the highest proportion of elderly people, only surpassed by Greece, Finland and Italy. At the national level, the Algarve is the fourth region of the country with the highest aging rate, from 131,0 in 2011 to 176,7 in 2021. When we look at the Algarve reality, development asymmetries between the coast and the interior continue to be observed, and it is in the coastal municipalities where most of the employer structure of the region is concentrated, with the progressive abandonment of the interior. Considering that in Portugal the older population represents a very heterogeneous group that tends to live in very different socio-territorial contexts, this article aims to address the recent evolution of aging in the Algarve, analyzing intraregional asymmetries and changes in recent years, as well as reflecting on the social and political implications of these same changes.

**Keywords:** Demographic aging; Territorial Profiles; Social Politics; Algarve.

## Introdução

Uma das grandes tendências do séc. XXI é a crescente aglomeração de pessoas em áreas urbanas e Portugal não foge a este padrão. O processo de bipolarização da população, em especial em torno da Área Metropolitana de Lisboa, é uma dinâmica territorial que, embora tenha tido início em meados do séc. XIX, continua a ser observada no séc. XXI (INE, 2019).

Contudo, a modernização social e económica da década de 60 do século passado, foi a principal responsável pelo aparecimento dos territórios de baixa densidade (Ferrão, 2002). Foi precisamente nesta década que se começou a dar o êxodo de população do interior rural, agrícola e subdesenvolvido em direção a um litoral urbanizado, industrializado, infraestruturado e com melhores acessibilidades. Os mais jovens partiram e os mais velhos ficaram nos territórios rurais do interior. Como referem Marques e colaboradores “o país modernizou-se, mas também se segmentou espacialmente” (2021, p. 298) tornando-se “socialmente menos heterogéneo dado o impacte uniformizador (...) dos processos de modernização” (Ferrão, 2003, p. 24).

Para reduzir estas assimetrias e promover a coesão territorial, a estratégia do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007) considerava o desenvolvimento urbano policêntrico e equilibrado, como o modelo de organização do território nacional. Contudo, este objetivo não veio a concretizar-se, tendo-se mantido o despovoamento das áreas do interior (Carmo & Rego, 2021).

Outra das transformações mais marcantes em Portugal, ao longo das últimas décadas, tem sido o envelhecimento demográfico (Cabral *et al.*, 2013). Portugal é hoje um país envelhecido, e assim o será, enquanto se mantiver o duplo envelhecimento - no topo e na base - um fenómeno que se alastrou de forma gradual a todo o território nacional, especialmente a partir de 2001 (Moreira, 2020).

O envelhecimento demográfico tem, de igual modo, uma expressão no território que não pode ser ignorada. Se, por um lado Portugal é um país cada vez

mais envelhecido e se, por outro lado, mantem-se a procura da população pelas áreas urbanas, é então esperado que a intersecção destas duas tendências transforme os territórios urbanos em territórios envelhecidos. Quanto ao risco de descontinuidade geracional (ie. índices de envelhecimento superiores a 530 idosos por cada 100 jovens) é elevado no território nacional e pode conduzir ao isolamento social extremo das pessoas idosas, tanto à escala das unidades de vizinhança urbanas como rurais, o que apela ao debate e à reflexão urgente sobre o conceito político de coesão social (Machado, 2007).

É na região do Algarve que se pode ser observar uma dicotomia muito visível entre o litoral e o interior, notada através do dinamismo da faixa litoral e da baixa densidade do interior, bem como à polarização dos sistemas urbanos entre Faro e Portimão, à semelhança do que ocorre em Lisboa e no Porto (Gaspar *et. al.*, 1993). Este território do Sul de Portugal - o mais importante destino turístico do país- o qual é conhecido por desfrutar, ao longo de todo o ano, das melhores condições climáticas da Europa é geralmente considerado, tanto por residentes como pelos turistas, um território onde é “bom viver”, em virtude do seu clima temperado, com mais de 3000 horas de sol por ano e fraca precipitação anual (Turismo de Portugal, 2022).

Contudo, o Algarve apresenta um conjunto de disparidades intrarregionais bastante acentuadas e que decorrem da sua diversidade morfológica, ambiental, paisagística e sociodemográfica (CCDR, 2020). Como refere Covas, “não deixa de ser paradoxal que uma região tão pequena como o Algarve se apresente tão exuberante no seu litoral e tão vulnerável no seu interior” (2005, p. 84).

Este artigo retoma uma comunicação oral apresentada no Colóquio “Assimetrias territoriais: questões socioambientais e fatores de desigualdade”, promovido pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora) e a Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF). Na primeira parte, é efetuado um breve enquadramento teórico, no qual se revê as pro-

blemáticas do envelhecimento demográfico e da urbanização e dos seus impactos no território; na segunda, faz-se uma contextualização territorial e sociodemográfica da região do Algarve. Quanto à terceira parte, são apresentados os quatro perfis territoriais de envelhecimento para a região algarvia elaborados com base na proposta de Padeiro (2018), sendo que, para último lugar, estão reservadas as conclusões, tendo em conta as implicações para as políticas públicas deste desafio que é o envelhecimento demográfico e sua expressão no território mais a Sul de Portugal.

## 1. O envelhecimento demográfico e a urbanização

O aumento da esperança média de vida e a quebra das taxas de fecundidade continuam na base de mudanças de fundo na estrutura etária da população mundial. A proporção de idosos continua a crescer rapidamente e não dá sinais de abrandamento. Em 2020, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), existiam 727 milhões de indivíduos com 65 ou mais anos de idade, entre os quais a maioria eram mulheres. As projeções atuais não são animadoras a curto prazo, pois estima-se que, nas próximas três décadas, o número de idosos em todo o mundo deverá duplicar, atingindo mais de 1,5 mil milhões em 2050 e que a proporção da população com 65 ou mais anos deverá aumentar de 9,3%, em 2020, para cerca de 16%, em 2050. Esta tendência de duplo envelhecimento também se manterá no continente europeu. Segundo o EUROSTAT, estima-se que na UE27, o crescimento da população idosa será muito expressivo, passará de 90,5 milhões, em 2019, para os 129,8 milhões, em 2050.

Ainda de acordo com o Eurostat, em 2021, mais de um quinto da população da UE 27 (20,8 %) tinha 65 ou mais anos, representando um aumento de 3 pontos percentuais, por comparação a 2011. Portugal ocupava o quarto lugar entre os países com a maior proporção de população idosa (22,4%), logo a seguir à Grécia (22,5%), Finlândia (22,7%) e Itália (23,5%). No espaço de uma década, a proporção de idosos

cresceu 3,7 pontos percentuais, ligeiramente acima da média da UE27.

Em 2021, segundo as estimativas pós-censitárias de 2020 e 2021 (INE, 2022a), eram quase 2,5 milhões de portugueses (23,7% da população) com idades iguais ou superiores aos 65 anos. Este grupo etário registou, entre 2011 e 2021, um aumento de 18 pontos percentuais. Também a assinalar o facto de que, em 2021, 3,5% dos portugueses eram muito idosos, ou seja, com idades iguais ou superiores a 85 anos (365 543 habitantes), sendo este o segundo subgrupo etário mais representativo entre a população idosa portuguesa.

O envelhecimento da população e a urbanização, em virtude da migração da população das áreas rurais para as urbanas, são duas tendências globais que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) moldam o século XXI (OMS, 2007). As cidades são lugares que tendem a concentrar, cada vez mais, população envelhecida. O facto de a urbanização ser um processo socioeconómico que implica a migração da população das áreas rurais para as urbanas, implica não só mudanças nas ocupações dominantes, nos estilos de vida, na cultura e em certos aspetos comportamentais e na saúde, mas também na estrutura socioeconómica das áreas rurais como urbanas (National Research Council, 2003). A título de exemplo, e de acordo com o Eurostat, o risco de pobreza na UE27, em 2020, era menor em áreas densamente povoadas ou cidades (16,5%), por comparação às áreas rurais de baixa densidade (18,8%).

Desde os finais do século XX, que a urbanização tem observado um crescimento exponencial no continente europeu (Antrop, 2004). Em termos globais, entre 1950 e 2018, a população urbana mundial quadruplicou, ao passar de 0,8 mil milhões para 4,2 mil milhões e, em 2007, como resultado desta urbanização acentuada a população mundial, pela primeira vez na história, tornou-se mais urbana do que rural (ONU, 2019).

Portugal tem acompanhado estas dinâmicas de ocupação do território. A atração pelas áreas urbanas remonta à segunda metade do século XIX. Contudo, a

urbanização era ainda escassa e estava muito concentrada e polarizada entre Lisboa e o Porto, o que indicava um claro atraso no contexto europeu (Moreira *et al.*, 2009). Um dos marcos históricos da urbanização portuguesa foi a expansão de Lisboa, em 1880, quando a área do concelho se multiplicou quase sete vezes; e um outro, mas já posterior, entre 1911 e 1920, com o aparecimento de 17 novos centros urbanos em Portugal (Silveira *et al.*, 2011).

Portas e colaboradores (2004) apontam três tipos principais de urbanização em Portugal: a urbanização metropolitana de Porto e Lisboa; a urbanização difusa das regiões Norte e Centro Litoral e Algarve; e por fim, a urbanização por concentração nas regiões interiores. Enquanto a indústria representou o principal motor de urbanização difusa dos territórios do litoral, na região do Algarve foi o turismo. Apesar de tardio, o processo de urbanização do Algarve - um território até então deprimido do ponto de vista socioeconómico - deu-se de forma acelerada e seguiu o modelo de desenvolvimento da vizinha Andaluzia e da restante bacia do Mediterrâneo (Brito, 2009). Esta urbanização privilegiou o modelo clássico “Sol e Mar” e foi considerada “original” por ter sido promovida pelo lazer e pelo consumo (Martins, 2012).

## 2. O Algarve: o verso e o reverso

### 2.1. A estrutura territorial e sociodemográfica

A região mais a Sul de Portugal Continental apresenta uma superfície de 4997 Km<sup>2</sup> e um comprimento máximo de 63 quilómetros de Norte a Sul e de 143 quilómetros de Este a Oeste, o correspondente a 5,4% do território nacional (CCDR, 2020). O Algarve é limitado a Norte pelo Baixo Alentejo, a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira a leste com a província espanhola da Andaluzia. Esta localização periférica no contexto europeu é agravada pelo facto de a região ser vizinha de outras regiões também elas periféricas, tanto em Portugal como em Espanha, e que tem condicionado o desenvolvimento regional (CCDR, 2020). A parte mais ocidental é conhecida por Barlavento, enquanto a mais a leste por Sotavento.

O Algarve apresenta no sentido Norte-Sul três sub-regiões diferenciadas do ponto de vista geológico: a Serra, o Barrocal e o Litoral, as quais, ao longo dos anos, apresentaram povoamentos e produções agrícolas distintas. A Serra, correspondente ao interior montanhoso e que faz fronteira com o Baixo Alentejo, conheceu uma expansão do povoamento na primeira metade do século XX, concentrado em pequenas povoações e aldeias e estimulado pelo cultivo do trigo. Contudo, na segunda metade do mesmo século, deu-se um êxodo da população serrana em direção ao litoral e os terrenos deixaram de ser cultivados, muito à semelhança do que se verificou até ao final do século XIX (Cavaco, 1976).

O Barrocal pode ser visto como uma área de transição, onde o povoamento é difuso e que se distribui ao longo das encostas e cerros. Nesta área, são cultivados os pomares de amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e oliveiras. Por último, no Litoral é prática o uso de uma agricultura mais intensiva e de regadio e observa-se um povoamento mais concentrado em vilas e cidades.

Segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL, 2007), o Algarve encontra-se organizado em quatro espaços territoriais distintos: o Litoral Sul e Barrocal; a Serra; o Baixo Guadiana e a Costa Vicentina. Estes territórios coincidem com as unidades de paisagem da região e não são apenas um resultado das características biofísicas, climáticas e socioeconómicas, também decorrem do declínio das atividades económicas tradicionais.

É no Litoral Sul e Barrocal, de Lagos a Vila Real de Santo António, que se concentra a larga maioria da população, das atividades económicas, dos alojamentos e dos equipamentos. Os restantes espaços territoriais apresentam um fraco dinamismo económico, e em termos de densidade, variam entre a desertificação física e humana identificada no Baixo Guadiana, ao povoamento pouco intenso dos pequenos núcleos rurais da Costa Vicentina (PROTAL, 2007).

O Algarve é uma das sete regiões NUTS II e, em termos de divisão administrativa, integra 16 municípios: Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira,

Vila Real de Santo António, Alcoutim, Silves, Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão, Vila do Bispo, Aljezur e Monchique e Castro Marim. Com a reorganização administrativa de 2013, o Algarve passou a ter 67 freguesias em vez das anteriores 84. O concelho de Loulé é o maior do Algarve, seguindo-se Silves. Estes dois concelhos estendem-se da faixa litoral ao interior e fazem fronteira a Norte com o Baixo Alentejo. Tavira é o terceiro maior concelho em superfície e estende-se para o interior, confinando a Norte com Loulé e Alcoutim.

Relativamente aos aglomerados populacionais, existem 11 cidades na região: Loulé, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Quarteira, Albufeira, Lagoa, Lagos, Silves, Portimão e Faro, esta última a capital de distrito. A estrutura urbana regional está centrada na dinâmica de dois eixos principais: Faro-Loulé-Olhão e Portimão-Lagos-Lagoa (CCDR, 2015).

No que refere a população isolada, o Algarve conta com 18 848 habitantes (4% da população) (INE, 2022b). Por sua vez, cinco dos 165 concelhos de baixa densidade no território continental estão situados na região algarvia: Alcoutim, Aljezur, Vila do Bispo, Monchique e Castro Marim. Somam-se, ainda, a estes concelhos sete freguesias de baixa densidade e que fazem parte de municípios algarvios que não são de baixa densidade. São o caso de Alte, Ameixial, Salir, União de Freguesias Querença, Tôr e Benafim em Loulé; São Marcos da Serra em Silves; Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo em Tavira. As áreas de baixa densidade na região do Algarve

*“correspondem tradicionalmente às zonas conhecidas por Costa Vicentina, Barrocal/Serra e Guadiana, onde predominam fortemente as características de ruralidade que se traduzem em densidades populacionais inferiores às médias da região e do País, com a população a diminuir há mais de 20 anos, com índices de envelhecimento em crescimento acentuado e emprego agrícola bastante acima das médias nacional e comunitária”* (PROALGARVE, 2000, p.6).

O Algarve tem 46 7343 habitantes, cerca de 4,5% da população portuguesa. Com uma densidade populacional de 93,2 habitantes/Km<sup>2</sup> a região tem um valor abaixo da média nacional (112,2 hab./Km<sup>2</sup>). Os três concelhos com maior densidade populacional estão localizados na faixa litoral, como é o caso de Olhão (339,3 hab./Km<sup>2</sup>), Faro (332,7 hab./Km<sup>2</sup>) e Portimão (327,8 hab./Km<sup>2</sup>), com valores muito acima da média nacional (INE, 2022a). Por outro lado, os concelhos do interior apresentam densidades mais baixas: Alcoutim (4,3 hab./Km<sup>2</sup>), Monchique (13,6 hab./Km<sup>2</sup>) e Aljezur (18,3 hab./Km<sup>2</sup>) (INE, 2022a). Dois destes concelhos de baixa densidade - os concelhos de Alcoutim e de Aljezur – estão localizados nos extremos Nordeste e Noroeste da região (Quadro 1).

No que refere à estrutura etária, os Censos 2021, indicam que o número de jovens (0-14 anos) representava, em 2021, 13,4% do total da população residente no Algarve; o grupo dos 15 aos 64 anos, 62,5%, e o número de idosos, 23,4%. O grupo 65+ é o segundo grupo com maior peso na estrutura etária regional (110 949 habitantes), à semelhança do que se verifica na estrutura etária nacional. Note-se, ainda, que 3,3% (15 597 habitantes) têm mais de 85 anos de idade. Esta distribuição da população concorre para um índice de envelhecimento de 176,7 pessoas idosas por cada 100 jovens, um valor ligeiramente inferior à média nacional de 182,1 (INE).

De acordo com os Censos Sénior realizados pela Guarda Nacional Republicana (GNR), no distrito de Faro foram identificados em 2021, cerca de 3521 idosos a viver sozinhos, isolados, ou sozinhos e isolados. Este número adquire uma particular relevância, se atendermos ao facto de ser o terceiro distrito com maior número de sinalizações, logo a seguir à Guarda (5012) e Vila Real (5191) e que corresponde a 8% do total de registos nacionais (44 484).

Quadro 1 - Evolução da População Residente no Algarve entre 2011 e 2021

CONCELHOS DO ALGARVE	POPULAÇÃO RESIDENTE			DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM2)		ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	
	2011	2021	Taxa de Variação (%) 2011-2021	2011	2021	2011	2021
<b>PORTUGAL</b>	10 562 178	10 343 066	-2,07	114,3	112,2	127,8	182,1
<b>ALGARVE</b>	451 006	467 343	3,62	89,3	93,2	131,0	176,7
<b>ALBUFEIRA</b>	40 828	44 164	8,17	286,9	315	84,7	131,4
<b>ALCOUTIM</b>	2 917	2 523	-13,51	4,9	4,3	557,4	758,9
<b>ALJEZUR</b>	5 884	6 045	2,74	17,9	18,6	254,5	210,1
<b>C.MARIM</b>	6 747	6 439	-4,56	22,1	21,3	215,2	296,9
<b>FARO</b>	65 019	67 622	4	313	332,7	124,0	161,4
<b>LAGOA</b>	22 975	23 725	3,26	258,3	268,6	113,7	172,7
<b>LAGOS</b>	31 049	33 494	7,87	144,6	156,3	121,7	192,9
<b>LOULÉ</b>	70 163	72 332	3,09	91,6	94,3	132,5	172,9
<b>MONCHIQUE</b>	60 45	5 462	-9,64	14,9	13,6	319,7	334,4
<b>OLHÃO</b>	45 396	44 614	-1,72	345,1	339,3	106,9	160,3
<b>PORTIMÃO</b>	55 614	59 845	7,61	303,5	327,8	117,1	156,8
<b>S.B. ALPORTEL</b>	10 662	11 248	5,50	68,8	73,1	155,2	194,7
<b>SILVES</b>	37 126	37 766	1,72	54,1	55,4	162,7	184,8
<b>TAVIRA</b>	26 167	27 523	5,18	42,6	45	177,4	252,0
<b>VILA DO BISPO</b>	5 258	5 717	8,73	29,3	31,8	213,6	216,50
<b>VR. SANTÓNIO</b>	19 156	18 824	-1,73	89,3	93,2	126,8	195,10

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No que diz respeito à população idosa, existem fortes contrastes intraterritoriais a destacar entre os concelhos da faixa litoral e os do interior. Segundo os resultados dos Censos 2021, os três concelhos com maior proporção de idosos são por ordem decrescente: Alcoutim (47,5%), Monchique (33,7%) e Castro Marim (32,5%). Alcoutim e Castro Marim são dois concelhos vizinhos localizados no extremo nordeste da região e que face a 2011 registaram uma perda populacional de 15,4% e 4,9%, respetivamente. Se formos observar os índices de envelhecimento, estes três concelhos algarvios apresentam também os valores mais

elevados da região. Alcoutim lidera com 758,9 idosos por cada 100 jovens, um dos registos mais elevados de Portugal, logo seguido de Monchique (334,4) e Castro Marim (296,9). É de destacar que 10,4% da população em Alcoutim, um dos concelhos do interior e mais afastado da faixa litoral, tem 85 ou mais anos de idade.

Por outro lado, são os concelhos do Litoral – Albufeira (18,2%), Faro (22,9%) e Portimão (22,4%) - que apresentam as percentagens mais baixas de população idosa. É, igualmente, importante sublinhar que estes

três concelhos tiveram, por comparação a 2011, um acréscimo populacional de 8,5%, 4,4% e 7,3%, respetivamente (INE, 2022a) (Quadro 2).

Quadro 2 - Proporção da População Idosa, Portugal e Região do Algarve, 2011 e 2021

Territórios	POPULAÇÃO 65-74 %		POPULAÇÃO 75-84 %		POPULAÇÃO 85+%		População 65 + %	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
<b>PORTUGAL</b>	9,9	12,0	6,9	8,0	2,2	3,4	19,0	23,4
<b>ALGARVE</b>	10,0	12,7	7,0	7,7	2,5	3,3	19,5	23,7
<b>ALBUFEIRA</b>	7,3	10,5	4,5	5,5	1,7	2,2	13,5	18,2
<b>ALCOUTIM</b>	18,5	19,5	18,1	17,6	7,4	10,4	43,9	47,5
<b>ALJEZUR</b>	14,4	12,9	11,2	9,3	3,3	4,7	28,9	26,9
<b>C.MARIM</b>	13,2	16,1	10,3	10,8	3,2	5,6	26,7	32,5
<b>FARO</b>	9,3	11,5	6,5	7,2	2,3	3,2	18,1	21,9
<b>LAGOA</b>	9,6	13,1	6,1	7,4	2,1	2,9	17,8	23,4
<b>LAGOS</b>	9,9	13,8	6,9	7,7	2,3	3,2	19,1	24,7
<b>LOULÉ</b>	10,0	12,2	6,8	7,8	2,5	3,5	19,3	23,4
<b>MONCHIQUE</b>	14,8	15,3	12,4	12,4	4,5	6,0	31,7	33,7
<b>OLHÃO</b>	9,4	12,5	6,1	7,7	2,2	2,7	17,7	22,9
<b>PORTIMÃO</b>	9,5	12,2	6,5	7,1	2,4	3,2	18,3	22,4
<b>S.B. ALPORTEL</b>	10,9	13,1	8,1	8,7	3,3	4,2	22,4	26,0
<b>SILVES</b>	11,0	12,8	8,5	8,4	3,0	3,7	22,5	25,0
<b>TAVIRA</b>	11,5	15,8	9,2	9,5	3,1	4,1	23,8	29,3
<b>V. DO BISPO</b>	13,2	14,2	8,4	9,2	3,2	4,2	24,8	27,6
<b>VRS.ANTÓNIO</b>	10,1	14,7	7,3	8,3	2,3	3,1	19,7	26,1

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

## 2.2. Uma breve caracterização da estrutura socioeconómica regional

Até aos anos 60, do século XX, o turismo no Algarve era pouco significativo (Brito, 2009). Nas décadas de 50 e 60, a maioria da população ativa da região trabalhava na agricultura, floresta e pescas. A indústria conserveira era uma das maiores empregadoras, estando concentrada em Olhão e Portimão (Brito, 2009). Esse setor “foi fundamental para o arranque do Algarve, para a sua fuga a uma situação de profundo subdesenvolvimento, mesmo no contexto nacional” (Gaspar, *et al.*, 1989, p. 155). A região estava distante da capital e as acessibilidades internas e externas eram insuficientes. O Aeroporto de Faro foi inaugurado em 1965 e a

ligação por autoestrada à capital só viria a estar concluída em 2002.

O turismo tornou-se o setor chave da economia regional e, por outro lado, impulsionou a construção e o imobiliário, sendo que, em termos de emprego, como de qualidade de vida, revela-se estratégico para o desenvolvimento regional. Contudo, assistiu-se a uma especialização muito forte no turismo, o qual apresenta historicamente problemas de sazonalidade (CCDR, 2020). Esta estrutura económica especializada acabou por provocar constrangimentos na agricultura e nas pescas, setores que ainda mantinham alguma vitalidade até meados do século passado.

À semelhança do que se passa no país, as atividades económicas no Algarve estão concentradas especialmente na faixa litoral e no setor terciário. No entanto, a forte concentração no setor terciário é influenciada pelo grande volume de população flutuante gerado pelo turismo acentuando a pressão sobre o território, sobre os recursos, as infraestruturas e os equipamentos (CCDR, 2020).

Segundo dados da CCDR (2020), o maior volume de Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2017, foi gerado pelo setor terciário com 87,1%; o secundário aparece em segundo lugar, com 10% e, por último, com uma expressão residual, o primário com apenas 2,9%.

### **3. Envelhecimento e territórios: quatro tipos de dinâmica territorial no Algarve**

Nas últimas cinco décadas e em vários países do mundo, tem-se registado um fenómeno que é conhecido por “envelhecimento demográfico” e que reflete “a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas” (Bandeira *et al.*, 2014, p.17). Em Portugal, “foi a descida da natalidade que provocou o rápido envelhecimento da população” (Bandeira, 2006, p.14), o que, aliada à queda da mortalidade nas gerações mais envelhecidas, fez aumentar inevitavelmente a proporção de idosos. E como refere Padeiro, “era comum associar o envelhecimento demográfico à dicotomia entre um litoral dinâmico e urbanizado, e um interior marcado pelo despovoamento e pela ausência de perspetivas económicas” (2018, p.228).

No caso do Algarve, como já referido anteriormente, os concelhos mais envelhecidos estão situados em territórios de baixa densidade. Porém, se Alcoutim, Monchique e Aljezur perderam população idosa em

2021, os concelhos localizados no litoral observaram um aumento dos efetivos populacionais com 65 ou mais anos. Isto significa que “as áreas de baixa densidade, com reduzida dinâmica demográfica, esgotaram ou estão em vias de esgotar o processo de envelhecimento” (Padeiro, 2018, p. 230), como consequência da diminuição da população idosa, saldos migratórios e naturais negativos.

Se olharmos para a realidade regional, esta é reveladora dos fenómenos de litoralização e de concentração urbana, isto é, 9% do território numa faixa de 2 Km a contar da linha de costa acolhe 48,5% da população (CCDR, 2020). O défice de dinamismo económico e de equipamentos coletivos tem levado a um êxodo da população dos concelhos do interior, em direção ao litoral, onde está estabelecida a estrutura empregadora, praticamente em torno de quatro atividades: alojamento, comércio, restauração e imobiliário (CCDR, 2020).

Tal como refere Moreira (2020, p.20) os concelhos menos envelhecidos correspondem, grosso modo, às áreas urbanas e ao litoral que “foram beneficiando do efeito atrativo das dinâmicas económicas e imobiliárias, ou porque mantiveram níveis de fecundidade e de natalidade mais elevados até mais tarde do que em outras regiões”. Contudo, assistimos cada vez mais a uma crescente urbanização da população idosa.

Apesar da proporção de idosos na região ser maior nas áreas predominantemente rurais, perto de 29% contra 20% da população urbana, há atualmente duas vezes mais idosos a viverem em áreas urbanas do que em áreas rurais. Isto significa que o número absoluto de pessoas idosas tem vindo a aumentar significativamente nas áreas predominantemente urbanas (+8 979) em comparação com as áreas rurais (+ 291), verificando-se uma variação de +17,4% nas primeiras e de +1,4% nas segundas (Quadro 3).



Quadro 3 – Proporção da População residente no Algarve com 65 ou mais anos, segundo a tipologia de áreas urbanas

Tipologia de espaços	Proporção da população residente com 65 ou mais anos de idade (%)		População 65+ (Efetivo Populacional)		Evolução da população 65+ (2011-2020)	
	2011	2020	2011	2020	Evolução absoluta	Taxa de Variação
Áreas predominantemente urbanas	16,9	19,8	51 623	60 602	+8 979	+17,4%
Áreas mediantemente urbanas	23,4	25,7	13 864	14 608	+744	+5,4%
Áreas predominantemente rurais	26,5	28,8	21 505	21 796	291	+1,4%

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Assim, verifica-se uma tendência regional para a concentração da população em áreas urbanas. De acordo com o INE, em 2018, 50,7% da população algarvia residia nas 11 cidades da região, ou seja, 222 615 indivíduos. As três cidades com maior proporção de população residente eram Faro (10,8%), Portimão (9,3%) e Loulé (7,0%). Deste modo, é fundamental que as cidades concebam uma estratégia para a população idosa, no que se refere à habitação, acessibilidades, transportes, espaços e edifícios públicos (Moreira, 2020).

No entanto, o envelhecimento afeta os territórios de maneira diferente e a sua análise não deve cingir-se apenas à observação de percentagens, até porque o problema do envelhecimento demográfico “não está nos ciclos de vida longos ou nas estruturas etárias mais envelhecidas da população portuguesa, mas nas dinâmicas que se observam em determinados territórios” (Marques *et al.*, 2016, p. 218).

Desta forma, é apresentada em seguida uma tipologia a partir da qual foi possível identificar quatro perfis territoriais de envelhecimento demográfico para a região do Algarve. Esta tipologia cruza duas variáveis: o cálculo da proporção de pessoas com 65 anos ou mais anos (através da qual obtemos os pontos percentuais

para cada município do Algarve, alcançando, assim, a média para a região – 5,3) e a evolução da população com 65 e mais anos, entre 2001 e 2011, através de uma taxa de variação da população residente (a média do Algarve é de 41,6). A conjugação destes dois indicadores permite perceber sobretudo quais as dinâmicas que se observam em determinados territórios.

Em suma, esta tipologia, com base na proposta de Padeiro (2018), assenta, assim, na distinção entre a evolução da percentagem de pessoas idosas no total da população residente, expressa em pontos percentuais, e a evolução do número de residentes com idade igual ou superior a 65 ou mais anos, expressa em percentagem (Quadro 4). Esta distinção é importante uma vez que:

*“um território pode sofrer um processo de envelhecimento (aumento da proporção de pessoas idosas na população total) mesmo sem aumento do número absoluto de pessoas idosas, devido à emigração de faixas etárias mais jovens. Outro pode não envelhecer apesar do número absoluto de idosos aumentar, se receber importantes contingentes de jovens ativos”* (Padeiro, 2018, p.231-232).

Quadro 4 – Construção dos perfis territoriais no Algarve, entre 2001 e 2021

Municípios	Perfil Territorial	População Residente		População com 65 ou mais anos		Pontos Percentuais			Taxa de variação da população 65+
		2021	2001	2021	2001	2021	2001	Total	
Albufeira	2	44 164	31 543	8 017	4 064	18,2	12,9	5,3	97,3
Alcoutim	1	2 523	3 770	1 199	1 510	47,5	40,1	7,5	-20,6
Aljezur	3	6 045	5 288	1 626	1 534	26,9	29,0	-2,1	6,0
Castro Marim	1	6 439	6 593	2 093	1 728	32,5	26,2	6,3	21,1
Faro	2	67 622	58 051	14 836	9 235	21,9	15,9	6,0	60,6
Lagoa	2	23 725	20 651	5 553	3 208	23,4	15,5	7,9	73,1
Lagos	2	33 494	25 398	8 289	4 634	24,7	18,2	6,5	78,9
Loulé	4	72 332	59 160	16 910	11 020	23,4	18,6	4,8	53,4
Monchique	3	5 462	6 974	1 839	1 989	33,7	28,5	5,1	-7,5
Olhão	2	44 614	40 808	10 231	6 897	22,9	16,9	6,0	48,3
Portimão	4	59 845	44 818	13 431	7 752	22,4	17,3	5,1	73,3
São Brás de Alportel	3	11 248	10 032	2 926	2 209	26,0	22,0	4,0	32,5
Silves	3	37 766	33 830	9 436	7 673	25,0	22,7	2,3	23,0
Tavira	1	27 523	24 997	8 064	5 846	29,3	23,4	5,9	37,9
Vila do Bispo	3	5 717	5 349	1 578	1 219	27,6	22,8	4,8	29,5
V.R.S.A.	2	18 824	17 956	4 921	3 095	26,1	17,2	8,9	59,0
<b>Média do Algarve</b>								<b>5,3</b>	<b>41,6</b>

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os quatro perfis territoriais obtidos apenas caracterizam o envelhecimento nos concelhos do Algarve, a partir dos dados da população residente na região, entre 2001 e 2021 (Quadros 5 e 6). Note-se que, para uma tipologia mais completa, era necessário incluir também uma análise de indicadores demográficos como a natalidade, mortalidade, migrações e, eventualmente, a adoção de técnicas estatísticas (análise de

clusters, modelos de equações estruturais, entre outros). Contudo, os 16 municípios representados nestes perfis revelam uma multiplicidade de dinâmicas locais que são frequentemente descuradas pelas análises ao nível das NUTS III ou NUTS II.

Quadro 5 - Evolução dos quatro perfis territoriais, em número de população residente da região do Algarve entre 2001 e 2021

Perfis Territoriais	2001		2011		2021		Taxa de Variação
	População Residente		População Residente		População Residente		
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
1	35 360	8,9	35 831	7,9	36 485	7,8	3,2
2	194 407	49,2	223 964	49,7	232 443	49,7	19,6
3	61 473	15,6	64 975	14,4	66 238	14,2	7,8
4	103 978	26,3	126 236	28,0	132 177	28,3	27,1
<b>Total</b>	395 218	100	451 006	100	467 343	100	18,2

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos, 2001, 2011 e 2021, adaptado de Carmo e Santos (2011)  
 Calculada considerando o valor total de cada perfil, tomando o grupo como unidade

Quadro 6 - Taxas de variação da população residente no Algarve por perfil territorial, total e por grupos etários, entre 2001 e 2021

Perfis Territoriais				
Taxa de Variação da população residente 2001-2021 (%)	1	2	3	4
<b>População Total</b>	3,1	20,0	7,5	20,0
<b>População 0-14</b>	-5,0	9,3	9,8	12,3
<b>População 15-64</b>	-4,2	14,2	3,1	15,7
<b>População com 65 ou mais anos</b>	25,0	66,5	19,0	61,6

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente – Censos, 2001, 2011 e 2021, adaptado de Carmo e Santos (2011).  
 Calculada considerando o valor total de cada perfil, tomando o grupo como unidade

O perfil 1 corresponde às situações em que a evolução em pontos percentuais é superior à média do Algarve (superior a +5,3 pontos percentuais), enquanto a evolução do número de idosos é inferior à média algarvia (inferior a 41,6). Neste perfil encontram-se os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Tavira e onde a população residente não é superior a 7,8% em 2021.

São os concelhos que se situam no Sotavento algarvio e que, segundo as estimativas pós-censitárias de 2020 e 2021, apresentam uma densidade populacional inferior a 50 habitantes/km<sup>2</sup>. São os territórios que na sua maioria compreendem freguesias localizadas no interior do Algarve e que revelam maiores fragilidades em termos demográficos (perda de população e maiores índices de envelhecimento). Além disso, estas freguesias apresentam, na maior parte dos casos, um índice de envelhecimento superior a 500 (em alguns casos, até superior a 1.000).

Alcoutim apresentava em 2021 o maior índice de envelhecimento do Algarve (758,9) e o segundo maior do país. Contudo, ao contrário dos outros dois concelhos, perdeu cerca de 21% da sua população idosa, mas aumentou 7,5 pontos percentuais. No caso de Tavira, o terceiro concelho mais extenso do Algarve, é composto por seis freguesias, sendo duas delas, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo, denominadas, em 2020, de territórios de baixa densidade. Cachopo, a maior freguesia deste concelho, detinha, em 2021, o maior índice de envelhecimento da região (1700).

Estes territórios de baixa densidade estão a perder população jovem e ativa e, portanto, “estão a desfazer-se dos seus recursos reprodutivos e a hipotecar o seu futuro” (Marques *et al.*, 2016, p. 218), sendo que esta tendência poderá ser difícil reverter no futuro.

O perfil 2 inclui os concelhos em que a evolução em pontos percentuais é superior à média algarvia e em que a evolução dos efetivos é superior à média do Algarve. Estão incluídos neste perfil os concelhos de Albufeira, Faro (capital de distrito), Lagoa, Lagos, Olhão e Vila Real de Santo António. São os concelhos em que a proporção de pessoas idosas mais aumentou, assim como o efetivo populacional com 65 ou mais anos. Trata-se de concelhos urbanos junto ao litoral, voltados para a atividade turística e onde está fixada a maior percentagem da população residente no Algarve.

A título de exemplo, Albufeira é o único concelho da região que apresenta um saldo migratório e natural positivo e no qual 37,1% da população estrangeira tem estatuto legal de residente. O índice de envelhecimento, neste concelho, apenas subiu de 99,3 em 2018, para 104, em 2019. Atualmente, é nestes concelhos que encontramos a maior proporção de jovens e população em idade ativa no Algarve.

O terceiro perfil corresponde às situações em que a evolução em pontos percentuais é inferior à média do Algarve e em que a evolução do número de idosos é também inferior à média algarvia. Encontramos neste perfil, os concelhos de Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel, Silves e Vila do Bispo. São territórios com características de baixa densidade, que se encontram principalmente na costa vicentina e no Barlavento algarvio e onde a população residente não é superior a 14% em 2021. Para além disso, apresentam uma característica comum, uma elevada percentagem da população residente, trabalha, ou estuda, fora destes municípios. A estrutura etária envelhecida das populações tem vindo a agravar-se ao longo das últimas décadas, com a diminuição da população jovem e um aumento das pessoas idosas.

O quarto e último perfil, tem correspondência com os concelhos em que a percentagem de pessoas idosas aumentou menos que a média regional e em que o número absoluto de pessoas idosas aumentou mais do que a média algarvia. Apenas o concelho de Loulé e Portimão integram este perfil. São “territórios em que o forte aumento do número de residentes idosos é ocultado pelo aumento ainda mais intenso de residentes pertencentes a grupos etários mais jovens” (Paideiro, 2018, p. 235). Encontramos neste perfil a segunda maior concentração da população residente do Algarve (28,3% em 2021), em contraste com Alcoutim (0,5%).

O concelho de Loulé situa-se no Sotavento e agrupa nove freguesias, cinco delas no interior. As freguesias de Boliqueime, Alte, Ameixial, Salir e União de Freguesias Querença-Tôr-Benafim são consideradas territórios de baixa densidade. Podemos caracterizar o concelho de Loulé como um território urbano, “forte presença de população não residente, parque habitacional extenso, com volumetria elevada e níveis altos de conforto, e um mercado de trabalho dinâmico” (Carmo & Santos, 2011, p. 70).

Portimão, concelho constituído por três freguesias (duas predominantemente urbanas e uma rural), apresentava em 2021 uma densidade populacional de 327,8 hab/km<sup>2</sup>. Este município, embora em menor dimensão do que Faro, é considerado um dos “principais polos regionais de dinamização socioeconómica onde há concentração de recursos, mais poder de compra, maior vitalidade económica, recursos humanos mais qualificados e maior dinâmica populacional” (CCDR, 2015, p.11).

Figura 1 - Perfis Territoriais de envelhecimento no Algarve, entre 2001 e 2021



**Legenda:**

1. Forte aumento em proporção, mas reduzida evolução em números absolutos
2. Forte aumento em proporção e forte aumento em números absolutos
3. Reduzida evolução em proporção e em números absolutos
4. Reduzida evolução em proporção, mas forte aumento em números absolutos

**4. A necessidade de uma política de envelhecimento territorial**

Como menciona Padeiro (2018, p. 232) “o Algarve constitui um exemplo da existência, numa área relativamente pequena, de variadas dinâmicas locais, umas relacionadas com o turismo e a mobilidade residencial de reformados estrangeiros (Albufeira), outras com o declínio demográfico (Alcoutim)”. A existência destes quatro perfis territoriais de envelhecimento na região expressa a necessidade de se desenvolver políticas territoriais de envelhecimento diferenciadas, pois cada um deles evidencia características muito específicas. Os resultados dos Censos de 2021 acabam por reforçar o que os Censos de 2011 já haviam indicado:

*“o agravamento do despovoamento do interior algarvio e a concentração urbano-demográfica no litoral em resultado do modelo de desenvolvimento económico adotado para a Região assente na indústria do turismo, baseada na oferta dos recursos turísticos do*

*litoral (“Sol & Mar”) e na concentração das atividades económicas no Litoral (CCDR, 2015, p.12).*

No entanto, foi também possível compreender que a nível local, mais do que os indicadores demográficos, a mobilidade territorial tem um forte contributo na perda de população em alguns territórios. Neste sentido, segundo os Censos 2021, as regiões com maior mobilidade territorial são a Área Metropolitana de Lisboa (15,4%) e o Algarve (15,3%).

No que se refere ao perfil 1 e 3, estão concentrados sobretudo em territórios de baixa densidade, marcados pelo fraco dinamismo económico, baixos níveis de atratividade e de empregabilidade. Neste sentido, a principal preocupação dos agentes locais deverá ser a implementação de medidas para reterem ou atraírem a população mais jovem ou imigrante (ex.: apoio à habitação, incentivos à natalidade e à primeira infância, entre outras), por forma a contrariar o despovoamento e a evitar o envelhecimento da estrutura etária.

Outras medidas passam por promover a melhoria da qualidade de vida da população idosa residente nestes territórios, contemplando por exemplo, o transporte dos mais velhos; a vigilância dos serviços sociais, das forças de segurança e dos cuidados de saúde primários; os contactos de proximidade ou o recurso à tele-assistência, por forma a mitigar situações de isolamento; e a integração em centros de dia, entre outras, medidas possíveis.

Quanto ao perfil 2 e 4, é onde está concentrada uma densidade populacional mais elevada e onde está localizada a principal atividade económica da região, isto é, o turismo. Dado o envelhecimento progressivo da população residente em áreas urbanas, os municípios que integram estes perfis devem, caso ainda não o tenham feito, procurar tornar as suas “cidades mais amigas dos idosos” e devem garantir, para o efeito, a existência de equipamentos e infraestruturas públicas tais como: bancos e instalações sanitárias; passeios rebaixados e rampas de acesso aos edifícios; semáforos nas passadeiras com intervalos de tempo, para permitir travessias em segurança; projetos habitacionais sem obstáculos; materiais informativos e tecnologias de comunicação adaptadas para poderem dar resposta a diversas necessidades perceptivas, intelectuais e culturais entre outras (OMS, 2009).

Um dos dez desafios e oportunidades para o turismo do Algarve é promover a qualidade de vida dos residentes, segundo Júlio Mendes e Manuela Guerreiro do Cinturs citado por CCDR (2020). Esta melhoria da qualidade de vida, em particular em termos das acessibilidades, não só é importante para os locais, mas, também, para o Turismo Sénior e Acessível, um dos segmentos considerados com potencial para o horizonte temporal 2020-2023 no Plano de Marketing Estratégico do Turismo (Região de Turismo do Algarve, 2021).

A análise do envelhecimento da população deve considerar a dimensão regional, numa perspetiva de territorialização do envelhecimento. Os agentes locais e regionais têm um conhecimento privilegiado sobre as características sociodemográficas, as potencialidades e ameaças, as quais podem constituir-se como uma base

essencial para o seu êxito tanto social como económico e promover a resolução de muitos problemas que o poder central não sabe como dar resposta (Lopes, 1990). Mas também é importante conceptualizar que este planeamento requer uma intervenção ativa, inovadora e participada.

São inúmeros os desafios que o envelhecimento demográfico acarreta para o Algarve, e que são transversais aos quatro perfis aqui traçados. Em comum, uma população envelhecida, é uma população mais vulnerável, com menor capacidade de adaptação às alterações climáticas (às ondas de calor, por exemplo) (Åström *et al.*, 2011), e às pandemias, como foi o caso da COVID 19 (ONU, 2020).

## Considerações Finais

Ao debruçar-nos sobre a realidade do Algarve, verificamos a manutenção das assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior/serra. O modelo económico vigente proporciona a concentração da população e das atividades económicas assim como das infraestruturas nos concelhos do litoral, fortemente induzida pela predominância do sector terciário, em particular das atividades turísticas. É nos concelhos do litoral que se concentra a maior parte da estrutura empregadora da região, sendo uma realidade o progressivo abandono das regiões interiores.

Contudo, a baixa densidade não deve ser encarada necessariamente como uma fatalidade, pois

*“Desde que as condições de vida sejam minimamente dignas e o estado dos recursos seja tolerável, uma região pode encontrar o seu ponto de equilíbrio a um nível baixo de densidade populacional. No caso concreto das áreas de baixa densidade do Algarve, conhecem-se as causas do desequilíbrio intrarregional, fundadas em opções e políticas de desenvolvimento assimétrico, razão pela qual se acredita que outras opções e políticas podem, ainda, inverter a situação”* (Covas, 2005, p.82).

Por outro lado, só é possível adaptar políticas e ações orientadas para as necessidades das populações e ao desenvolvimento local, quando se conhece os contextos de envelhecimento. Neste sentido, “assumir o envelhecimento (...), pressupõe também a integração

deste fenómeno nas estratégias de desenvolvimento das regiões e do País (Moreira, 2020, p.67). Deste modo, importa refletir sobre os diferentes desafios para estes territórios, “e isto passa por uma atenção especial à necessidade de políticas públicas mais integradas, centradas nas pessoas e na evolução dos territórios” (Marques *et al.*, 2016, p. 229), não descurando o papel da demografia para a formulação destas políticas públicas.

No Algarve, a investigação sobre o tema do envelhecimento demográfico tem despertando interesse crescente junto de académicos, profissionais, decisores políticos e público em geral. Contudo, são escassos os trabalhos que se concentram nesta questão da assimetria de desenvolvimento territorial, onde “novos focos de dinamismo emergem no Algarve que gradualmente vão redirecionando a sua organização espacial” (Carmo & Santos, 2011, p. 84).

Em termos científicos, surgiram recentemente algumas iniciativas que podem vir a ter impacto na investigação sobre o envelhecimento demográfico no Algarve. Em 2020, foi criada a Rede Algarvia de Investigação Colaborativa sobre o Envelhecimento (RAICE), tendo como entidades fundadoras a Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, o Município de Faro (através do Gabinete de Apoio ao Idoso), o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, a Universidade do Algarve para a Terceira Idade e a Sociedade Recreativa Bordeirense. Esta rede tem como objetivo desenvolver projetos colaborativos de investigação científica e tecnológica, de natureza multidisciplinar, e dinamizar investigação científica que contribua para o desenvolvimento de políticas públicas e de práticas profissionais que promovam, sociedades amigas de todas as idades e a qualidade de vida de todos, em particular das pessoas mais velhas.

Em 2022, é inaugurado na freguesia de Alte, concelho de Loulé, o Observatório Nacional do Envelhecimento, uma parceria entre o ABC – Algarve Biomedical Center, a NOVA Medical School da Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto. O objetivo deste Observatório é agregar indicadores que

permitam a monitorização municipal, regional e nacional, bem como a análise comparativa dos indicadores com outros países europeus e mundiais.

O Algarve Active Ageing-A3 é um consórcio de inúmeras organizações na ótica da hélice quádrupla (academia, governança, empresas e sociedade civil), que trabalham de forma colaborativa no desenvolvimento de soluções inovadoras que possam ter impacto na qualidade de vida das populações, apresentando-se como um Centro de Referência para o Envelhecimento Ativo e Saudável / EIP – AHA.

Em 2022, a Comissão Europeia distinguiu o Algarve Active Ageing com 4 estrelas- a pontuação máxima- com base nas boas práticas que as diversas entidades algarvias desenvolveram no âmbito da promoção do envelhecimento ativo e saudável, distribuídas por quatro categorias: saúde, território inclusivo, coesão e participação social e economia grisalha (UALG, 2022).

A tipologia proposta, embora assente apenas nos efetivos populacionais com idade igual ou superior a 65 anos e no total da população residente, conseguiu analisar as dinâmicas que se observam em determinados territórios. Pretendeu-se, assim, dar conta de fatores ou dinâmicas que estão associados aos diferentes contextos territoriais e, ao mesmo tempo algumas estratégias para melhor lidar com estas dinâmicas. Uma melhor compreensão das estruturas e dinâmicas ao nível do envelhecimento demográfico no Algarve poderá contribuir para o desenvolvimento de futuras políticas públicas regionais e locais para a população idosa e com impacto na sua qualidade de vida.

## Referências bibliográficas

- Antrop, M. (2004). Landscape change and the urbanization process in Europe. *Landscape and Urban Planning* 67: 9-26.
- Åström, D., Forsberg, B., & Rocklöv, J. (2011). Heat wave impact on morbidity and mortality in the elderly population: a review of recente studies. *Maturitas* 69, 99–105.

- Bandeira, M. (2006). Demografia, Atividade e Emprego: contributos para uma demografia do trabalho. *Sociologia Problemas e Práticas*, 52, 11-39.
- Bandeira, M., Azevedo, A., Sousa Gomes, C., Tomé, L., Mendes, M., Guardado Moreira, M., & Batista, I. (2014). *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011 Evolução e Perspetivas*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Brito, S. (2009). *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa. Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve/Edições Colibri.
- Cabral, Manuel Villaverde (Coord.) (2013). Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida. Lisboa: FFMS.
- Carmo, A., & Rego, P. (2021). Covid-19 in Alentejo: Brief Remarks on Low Density Territories and Their Future. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 55(117), 163–168.
- Carmo, R., & Santos, S. (2011). Os perfis territoriais do Algarve: análise sociodemográfica. *Finisterra: Revista portuguesa de geografia* 46 (91): 67–85.
- Cavaco, C. (1976). O Algarve Oriental: as vilas, o campo, o mar. Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (2015) Algarve 2014 – 2020. Diagnóstico e Estratégia. Territórios de Baixa Densidade [https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/default/files/publicacoes/algarve\\_2014\\_-\\_2020\\_diagnostico\\_e\\_estrategia\\_territorios\\_de\\_baixa\\_densidade\\_-\\_online.pdf](https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/default/files/publicacoes/algarve_2014_-_2020_diagnostico_e_estrategia_territorios_de_baixa_densidade_-_online.pdf)
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (2020). Algarve 2030 Estratégia de Desenvolvimento Regional. <https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/default/files/in-line-files/Es-trat%C3%A9gia%20ALGARVE%202030%20aprovada%2011%20set%202020.pdf>
- Covas, A. (2005) Desenvolvimento rural: um futuro promissor – Uma carta de Princípios e um Centro de Desenvolvimento Rural para o Interior do Algarve. Em *Estudos II* (pp.77-88). Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.
- Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie*, n.º9, 151-158. [https://www.persee.fr/doc/luso\\_12570273\\_2002\\_num\\_9\\_2\\_1520](https://www.persee.fr/doc/luso_12570273_2002_num_9_2_1520)
- Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001, *Revista de Estudos Demográficos*, 34, 17-25.
- Gaspar, J., Abreu, D., Ferrão, J., & Butler, C. J. (1989). *Portugal nos Próximos 20 Anos: Ocupação e Organização do Espaço*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). Retrato Territorial de Portugal., Lisboa, INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2022a). *Estimativas de População Residente, Portugal, NUTS I, II e III e Municípios*. Exercício Ad hoc 2020 e 2021.
- Instituto Nacional de Estatística (2022b). Anuário estatístico, Lisboa, INE.
- Lopes, R. (1990). *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local*. Escher.
- Machado, P. (2007). *As Malhas que a (C)idade Tece – mudança social, envelhecimento e velhice em meio urbano*. LNEC.
- MAOTDR, CCDRALg (2007) Plano Regional de Ordenamento do Território – PROT Algarve, Vol I - Plano.
- Marques, T., Matos, F., Maia, C., & Ribeiro, D. (2021). Densidades populacionais e territórios em mutação. Em L. Cunha, P. Santana, L. Lourenço, N. Santos, & P. Nossa, (Coord.), *Geografia turismo e território: livro de homenagem a Fernanda Delgado Cravidão* (pp. 286-308). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10216/133856>
- Marques, T., Ribeiro, D., Maia, C., & Santos, H. (2016). Nascer e envelhecer: uma perspetiva demográfica evolutiva e territorial na construção do futuro de Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 10: 207-231.
- Martins, J. (2012). *Urbanizando pelo lazer: o caso do Algarve*. *Fórum sociológico* [Online], 21. <https://journals.openedition.org/sociologico/395>



- Moreira, M. J. G. (2020). *Como envelhecem os portugueses – envelhecimento, saúde, idadismo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Moreira, M., Rodrigues, T., & Henriques, F. (2009). O sistema urbano português. dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social. *Revista de Demografia Histórica*, XXVII, I, 83-114.
- National Research Council (2003). *Cities Transformed: Demographic Change and Its Implications in the Developing World*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/10693>.
- Organização Mundial de Saúde (2009). *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Padeiro, M. (2021). Recomposições territoriais do envelhecimento em Portugal. Em L. Cunha, P. Santana, L. Lourenço, N. Santos, & P. N. Nossa (Eds.), *Geografia, Turismo e Território: Livro de Homenagem a Fernanda Delgado Cravidão* (pp. 221-242). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Região de Turismo do Algarve (2021) PMETA 2.0 Plano de Marketing Estratégico do Turismo do Algarve [2020-2023], Revisão 2021 [https://cms.visit-algarve.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/webste\\_id\\_3/Biblioteca/PMETA\\_2\\_0\\_Rev2021\\_vs\\_final.pdf](https://cms.visit-algarve.pt/upload_files/client_id_1/webste_id_3/Biblioteca/PMETA_2_0_Rev2021_vs_final.pdf)
- PROALGARVE (2000), *Programa Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade*. CCRAlg.
- Silveira, L., Alves, D. Lima, N. Alcântara, A., & Puig-Farré, J. (2011). Caminhos-de-ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. *Ler História* [Online], 61.
- UALG (2022). Algarve distinguido como Centro de Referência para o Envelhecimento Ativo e Saudável. <https://www.ualg.pt/algarve-distinguido-como-centro-de-referencia-para-o-envelhecimento-ativo-e-saudavel>
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420)*. United Nations.
- United Nations (2020). *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Older Persons*.
- UNESCO (2022). *Global Peace Index 2021*, <https://www.unesco.org/en/world-media-trends/global-peace-index>
- Turismo de Portugal (2022). O melhor do Algarve <https://www.visitportugal.com/pt-pt/destinos/algarve/250971>

